

ANEXO 01
REGULAMENTO DA CONCESSÃO

ANEXO I**REGULAMENTO DA CONCESSÃO****CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 1/2014**

CONCESSÃO PATROCINADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA SP 099, ENTRE OS QUILOMETROS (KM) 11+500 KM E 83+400 KM, DAS SPAs 032/099, 033/099, 035/099 E 037/099 E DOS CONTORNOS DE CARAGUATATUBA E SÃO SEBASTIÃO, BEM COMO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS NO TRECHO ENTRE OS QUILOMETROS 60+480 KM E 82+000 KM DA RODOVIA SP 099

REGULAMENTO DA CONCESSÃO REGULAMENTO DA CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL DA RODOVIA SP-099, DAS SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099 E DOS CONTORNOS DE CARAGUATATUBA E SÃO SEBASTIÃO, INCLUÍDAS AS OBRAS CIVIS PARA CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO PRINCIPAL PARA DUPLICAÇÃO DO TRECHO DE SERRA, ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, JACAREÍ, JAMBEIRO, PARAIBUNA, CARAGUATATUBA E SÃO SEBASTIÃO.

CAPÍTULO I**Do Objetivo**

Artigo 1º - Este Regulamento tem por objetivo disciplinar a exploração, manutenção e conservação, mediante CONCESSÃO PATROCINADA, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual Da Rodovia SP-099, dos quilômetros 11+500 ao 83+400, das SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099 bem como da manutenção e conservação dos Contornos de Caraguatatuba e São Sebastião, incluídas as obras civis para Ampliação Principal do Trecho de Serra, entre os quilômetros 60+480 e 82+000, abrangendo os municípios de São José dos Campos, Jacareí, Jambreiro, Paraibuna, Caraguatatuba e São Sebastião

Artigo 2º - O Sistema Rodoviário, objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, é constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos neles contidos, compreendendo a SP-099, com extensão aproximada de 71,9 km, tendo seu traçado iniciado na altura do km 11+500, no município de São José dos Campos, atravessando os municípios de Jacareí, Jambreiro e Paraibuna e terminando no município de Caraguatatuba, bem assim as SPAs 032/099, 033/099, 035/099 e 037/099, bem como as edificações, instalações e equipamentos dos Contornos de Caraguatatuba e São Sebastião, com cerca de km de extensão, a ser construído pelo Poder Concedente e entregue ao Concessionário, com extensão aproximada de 33,9 km, e, ainda, pela malha rodoviária a ser construída pelo Concessionário para ampliação e duplicação do trecho compreendido entre os quilômetros 60+480 e 82+000.

Artigo 3º - Ao Sistema Rodoviário descrito no artigo 2º serão incorporadas todas as ampliações a serem implantadas durante o Prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, que passarão a integrar sua faixa de domínio.

CAPITULO II

Dos Serviços Previstos no Sistema Rodoviário

Artigo 4º - Os serviços e demais atividades operacionais a serem executados no Sistema Rodoviário são classificados em:

- I. Delegados;
- II. Não delegados;
- III. Complementares.

Artigo 5º - São **serviços delegados**, de competência específica da CONCESSIONÁRIA:

- I. Serviços correspondentes a **funções operacionais**, compreendendo especialmente:
 - a. Operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego;
 - b. Operação dos postos de pedágio, incluindo a arrecadação da tarifa, o controle do tráfego de veículos e o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados;
 - c. Operação dos postos fixos e móveis, de pesagem estática e dinâmica de veículos, incluindo a pesagem propriamente dita;
 - d. Prestação de apoio aos usuários, incluindo, entre outros, primeiros socorros e atendimento médico a vítimas de acidentes de trânsito, com eventual remoção a hospitais; atendimento mecânico a veículos avariados; guinchamento; desobstrução de pista; operação de serviço de telefonia de emergência e orientação e informação aos usuários;
 - e. Inspeção de pista, da faixa de domínio e de áreas remanescentes, sinalização comum e de emergência e apoio operacional aos demais serviços;
 - f. Elaboração e implantação de esquemas operacionais extraordinários, incluindo operações especiais para atendimento de pico, desvios de tráfego para a execução de obras, operações especiais para o transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas e esquemas especiais para eventos esportivos e outros, no Sistema Rodoviário;
 - g. Elaboração e implantação de planos e esquemas operacionais para atendimento a situações de emergência, tais como incêndios, neblina, acidentes com produtos perigosos, desabamentos, inundações e outros que possam afetar diretamente a fluidez e a segurança do tráfego ou vir a provocar consequências ambientais;
 - h. Monitoração das condições de tráfego na rodovia;
 - i. Prestação de informações para integração do Centro de Controle de Informações da ARTESP, na forma e periodicidade estabelecidas no Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA.

- II. Serviços correspondentes a **funções de conservação**, compreendendo especialmente:
- a. Conservação de rotina dos elementos que compõem o Sistema Rodoviário incluindo: pavimento, drenagem, túneis, obras de arte especiais, sinalização, dispositivos de segurança rodoviária, revestimento vegetal e demais elementos da faixa de domínio, sistemas de controle e automação, sistemas de telecomunicação, instalações prediais, pátios operacionais e de suporte, sistemas de eletrificação e sistemas de iluminação;
 - b. Conservação especial de todos os elementos que compõem o Sistema Rodoviário, relacionados na alínea “a” deste inciso, visando à preservação do empreendimento original, incluindo serviços de recapeamento de pista, recuperação de pavimento de concreto, recuperação de obras de arte especiais, substituição de sinalização vertical e horizontal, substituição de equipamentos de controle, arrecadação, comunicação e automação, reforma de instalações e outros similares;
 - c. Conservação de emergência visando repor, reconstruir ou restaurar, de imediato, às condições normais, trecho de rodovia que tenha sido obstruído, bem como instalações e equipamentos e demais elementos da rodovia, danificados por qualquer causa.
- III. Serviços correspondentes a **funções de ampliação**, compreendendo especialmente:
- a. As obras de ampliação, nos termos e condições a serem definidos no Edital de Licitação, especialmente a Ampliação Principal, que consiste na construção da Duplicação do Trecho Serra entre os quilômetros 60+480 e 82+000;
 - b. Equacionamento de interferências com os sistemas de infraestrutura e de serviços públicos existentes e futuros, especialmente os sistemas viários e o estabelecimento de acessos a sistemas de transporte;
 - c. Implantação ou adequação aos níveis de serviço ou às normas de segurança, de acessos, intersecções e dispositivos de segurança, durante todo o período da CONCESSÃO PATROCINADA;
 - d. Implantação de marginais, de pistas reversíveis, de faixas adicionais e de faixas de aceleração e desaceleração, principalmente aquelas necessárias ao atendimento de aumento de demanda ou de necessidade de controle de tráfego;
 - e. Implantação e readaptação de praças de pedágio e pesagem;
 - f. Implantação e readaptação de instalações de uso nas atividades de fiscalização e policiamento de trânsito e transporte;
 - g. Implantação e readaptação de instalações e equipamentos de uso nas atividades de operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego;
 - h. Implantação de sistema de pedágio eletrônico e eventual adaptação a novos programas e políticas de cobrança de tarifas propostos pelo Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA;
 - i. Implantação de sistema de controle de peso para veículos de carga, incluindo pesagem dinâmica e balanças móveis;
 - j. Implantação de sistema de comunicação e de chamada para usuários;
 - l. Implantação de dispositivos de segurança;
 - m. Implantação de paisagismo.

Artigo 6º - São **serviços não delegados** aqueles de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, tais como:

- I. Policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo;
- II. Fiscalização e autuação de infrações relativas a:
 - a. Veículo;
 - b. Documentação;
 - c. Motorista;
 - d. Regras de circulação, estacionamento e parada;
 - e. Excesso de peso.
- III. Emissão de outorgas, nos termos da lei, referentes a:
 - a. Serviços de transporte coletivo de caráter rodoviário, internacional, interestadual e intermunicipal;
 - b. Serviços de transporte coletivo de caráter urbano, intermunicipal, suburbano, metropolitano ou municipal;
 - c. Serviços de transporte de trabalhadores rurais ou de pessoas em veículos de carga;
 - d. Realização de eventos na rodovia;
 - e. Serviços de transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas.

Parágrafo único - Dependerão de autorização do PODER CONCEDENTE, a pedido da CONCESSIONÁRIA, na forma regulamentada nas normas vigentes:

1. Ocupação de faixa de domínio, observadas as restrições constantes do Edital e a regulamentação vigente;
2. Acesso a propriedades lindeiras ao sistema rodoviário concedido, caso a legislação superveniente venha autorizar sua implantação, reformulação ou construção.

Artigo 7º - São **serviços complementares** aqueles considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter serviço adequado em todo o Sistema Rodoviário, a serem prestados por terceiros, que não a CONCESSIONÁRIA, com aprovação prévia da ARTESP.

Artigo 8º - Para execução dos **serviços delegados**, especialmente no que se refere à operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego, arrecadação e controle do pedágio, sistema de controle de peso de veículos e sistemas de comunicação, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistemas tecnologicamente atualizados, que permitam integral automatização e maior segurança das operações.

Parágrafo único - Os sistemas de controle e automação a que se refere este artigo deverão permitir integral aplicação dos serviços não delegados, especialmente no que se refere à fiscalização de trânsito.

CAPÍTULO III

Das Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA

Artigo 9º - São deveres da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo de CONCESSÃO:

- I. Acionar os recursos à sua disposição a fim de garantir a fluidez do tráfego, assegurando aos usuários o recebimento de SERVIÇO ADEQUADO;

- II. Submeter à aprovação da ARTESP o esquema de circulação alternativo que pretende adotar quando da realização de obra ou operação que obrigue a interrupção de faixa ou faixas do Sistema Rodoviário;
- III. Divulgar adequadamente, ao público em geral e ao usuário em particular, a ocorrência de situações excepcionais, a adoção de esquemas especiais de operação e a realização de obras no Sistema Rodoviário;
- IV. Implantar as recomendações de segurança estabelecidas pela ARTESP;
- V. Manter disponíveis recursos humanos e materiais para elaboração e implementação de esquemas de atendimento a situações de emergência;
- VI. Zelar pela prevenção e extinção de ocorrências de incêndio, inclusive e especialmente nas áreas que margeiam a faixa de domínio do Sistema Rodoviário;
- VII. Implantar sistema de prevenção de acidentes em casos de ocorrência de neblina no Sistema Rodoviário;
- VIII. Apoiar as atividades de fiscalização e policiamento;
- IX. Acompanhar e ativar a atuação de entidades públicas, tais como polícia civil e militar, bombeiros, órgãos do meio ambiente, órgãos federais, estaduais e municipais, no Sistema Rodoviário, sempre que necessário;
- X. Executar serviços de ampliação e melhoramentos destinados a adequar a capacidade da infraestrutura à demanda e aumentar a segurança e a comodidade dos usuários;
- XI. Executar todas as obras, serviços, controles e atividades relativos à CONCESSÃO, com zelo, diligência e economia, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas e obedecendo a normas, padrões e especificações estabelecidos pela ARTESP;
- XII. Adotar providências necessárias à garantia do patrimônio do Sistema Rodoviário, inclusive sua faixa de domínio e seus acessórios;
- XIII. Zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas;
- XIV. Providenciar a obtenção de licenças exigidas pelos agentes de proteção ambiental;
- XV. Prestar com zelo os serviços públicos delegados e apoiar a prestação dos serviços não delegados no Sistema Rodoviário;
- XVI. Obedecer às medidas determinadas pelas autoridades de trânsito, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;
- XVII. Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, bem como o de suas contratadas, providenciando para que eles sejam registrados junto às autoridades competentes, portem crachá indicativo de suas funções e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade;
- XVIII. Cumprir determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XIX. Refazer, de imediato, os serviços sob sua responsabilidade, executados com vícios ou defeitos;
- XX. Elaborar projetos funcionais e executivos e executar as ações relativas a impacto ambiental;
- XXI. Manter, em pontos adequados, próximos às praças de pedágio, sinalização indicativa do valor das tarifas de pedágio;

- XXII. Fornecer à ARTESP todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, facultando à fiscalização a realização de auditorias em suas contas;
- XXIII. Manter a ARTESP informada sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira;
- XXIV. Prestar contas da gestão dos serviços à ARTESP e aos usuários, nos termos definidos no Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA;
- XXV. Responder, perante a ARTESP e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência;
- XXVI. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à CONCESSÃO;
- XXVII. Responder pelas eventuais desídias e faltas quanto às obrigações decorrentes da CONCESSÃO PATROCINADA, nos termos estabelecidos no Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA;
- XXVIII. Implantar pedágio com arrecadação automática e adaptar seus sistemas de cobrança a novos programas e políticas de cobrança de tarifas propostos pelo Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA.
- XXIX. Prestar informações, nos termos e periodicidade estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato de Concessão, para integração com o Centro de Controle de Informações da ARTESP.

CAPÍTULO IV

Da Fiscalização dos Serviços Concedidos, do Poder de Polícia Administrativa e das Penalidades

Artigo 10 - Estão sujeitas à fiscalização todas as obras e serviços previstos no presente Regulamento.

§ 1º - A base para a fiscalização dos serviços a que se refere este artigo será o conjunto de fatores de avaliação que definem o nível de serviço adequado, conforme disposto na Lei Federal nº 8.987 de 13/02/95, ou outra que a substitua, a saber: qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade das tarifas, cortesia na sua prestação e segurança, bem como na legislação estadual e regulamentação pertinente.

§ 2º - Para os fins do disposto neste artigo, o PODER CONCEDENTE estabelecerá normas técnicas, indicadores e parâmetros para quantificação e aferição dos fatores a que se refere o parágrafo anterior.

Artigo 11 - O PODER CONCEDENTE exercerá no Sistema Rodoviário a que se refere este Regulamento, o poder de polícia administrativa, incluída a competência para impor multas aos infratores dos regulamentos aplicáveis.

Artigo 12 - A CONCESSIONÁRIA sujeitar-se-á à fiscalização da ARTESP, que poderá contar com a cooperação de Usuários.

§ 1º - No exercício da fiscalização, a ARTESP terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, bem como às informações fornecidas de forma *online* pela Concessionária para integração com o Centro de Controle de Informações da ARTESP.

§ 2º - A fiscalização do serviço será feita pela ARTESP, que poderá contratar serviços de apoio à fiscalização, observado o disposto no artigo 18 deste Regulamento.

CAPÍTULO V

Do Policiamento Ostensivo, Preventivo e Repressivo

Artigo 13 - As atividades policiais de caráter ostensivo, preventivo e repressivo e outras atribuídas por lei à Polícia Militar, serão exercidas no Sistema Rodoviário de que trata este Regulamento, pela Polícia Militar Rodoviária.

Parágrafo único - Os bens móveis e imóveis, materiais permanentes e de consumo, equipamentos e serviços de terceiros, necessários ao desempenho da atividade policial rodoviária no sistema, deverão ser fornecidos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos a serem estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA.

CAPÍTULO VI

Das tarifas de pedágio, da Contraprestação, do Aporte de Recursos e de outras receitas

Artigo 14 - A CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento das seguintes receitas e pagamentos, a partir das datas previstas no Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA:

- I. Tarifas de pedágio;
- II. Rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro;
- III. Serviços prestados ao usuário, com exceção dos previstos no artigo 5º, inciso I, alínea “d” deste Regulamento;
- IV. Valores recebidos por seguro e por penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, bem como resultantes de execução de garantias contratuais;
- V. Receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes do Edital de Licitação e a regulamentação vigente;
- VI. Outras receitas que venham a ser regulamentadas pelo Poder Público;
- VII. Receitas decorrentes da prestação de serviços complementares;
- VIII. Contraprestação mensalmente paga pelo Poder Concedente;
- IX. Aporte de Recursos Públicos.

Artigo 15 - As tarifas de pedágio, a contraprestação, o aporte de recursos públicos e as receitas acessórias decorrentes dos serviços não delegados, bem como os critérios e a periodicidade de reajuste, serão estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

CAPÍTULO VII

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Artigo 16 - São direitos e obrigações dos usuários:

- I. Receber serviço adequado;
- II. Pagar pedágio;
- III. Receber do PODER CONCEDENTE, da ARTESP e da CONCESSIONÁRIA, informações para defesa de interesses individuais ou coletivos;
- IV. Obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do PODER PÚBLICO;

- V. Levar ao conhecimento da ARTESP e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- VI. Comunicar às autoridades competentes atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação do serviço;
- VII. Contribuir para a conservação das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

Artigo 17 - A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA estimularão a participação da comunidade em assuntos de interesse do Sistema Rodoviário objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Artigo 18 - Nos termos do disposto no Artigo 36 da Lei Estadual nº 7.835 de 8 de maio de 1992, fica instituída Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA dos serviços públicos para exploração do Sistema Rodoviário a que se refere o presente Regulamento.

§ 1º - O Secretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo designará os representantes do Poder Executivo e os dos Usuários.

§ 2º - O Governador do Estado solicitará, mediante convite, a indicação de representante do Poder Legislativo, para integrar a referida Comissão.

Artigo 19 - O PODER CONCEDENTE providenciará, nos termos do Edital de Licitação e do Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA, as medidas para a declaração de utilidade pública dos bens e áreas necessárias à ampliação do SISTEMA RODOVIÁRIO, responsabilizando-se a CONCESSIONÁRIA pela promoção das desapropriações e servidões administrativas, bem como pelas respectivas indenizações, na forma autorizada pelo PODER PÚBLICO, nos termos do Contrato de CONCESSÃO PATROCINADA.

Artigo 20 - Extinta a CONCESSÃO PATROCINADA, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à CONCESSIONÁRIA ou por ela implantados, no âmbito da CONCESSÃO PATROCINADA, na forma prevista em lei e no contrato.

Artigo 21 – Fica delegada ao Secretário de Estado de Logística e Transportes a competência para disciplinar, no que couber, a aplicação deste Regulamento e detalhar as diretrizes específicas do procedimento licitatório a que se refere o presente Decreto.

Artigo 22 – A ARTESP, no âmbito de sua competência legal, estabelecida pela Lei Complementar nº 914, de 14/01/2002, terá como atribuição disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços delegados.